

“AO VENCEDOR, AS BATATAS!”

José Antonio Segatto *

Nos anos imediatamente posteriores ao golpe de Estado de 1964, desencadeou-se no interior do PCB uma acirrada luta política. A luta interna polarizar-se-ia, principalmente, em torno da avaliação das causas da derrocada de 1º de abril e do papel desempenhado pelo PCB no processo que antecedeu ao golpe.

As avaliações do comportamento do Partido Comunista Brasileiro - PCB (seu projeto e ação) no processo político em curso, no início dos anos 60, que desembocará no golpe de abril de 1964, tiveram papel importante e modelar na teoria e práticas da esquerda na luta contra a ditadura e nos embates posteriores e atuais.

Luta político-ideológica

Nos anos imediatamente posteriores ao golpe de Estado de 1964, desencadeou-se no interior do PCB uma acirrada luta política. A luta interna polarizar-se-ia, principalmente, em torno da avaliação das causas da derrocada de 1º de abril e do papel desempenhado pelo PCB no processo que antecedeu ao golpe.

De um lado, ou num extremo, colocar-se-iam vários grupos de dirigentes e militantes, cuja avaliação da derrota baseava-se na constatação de que ela foi fruto de “erros de direita” do PCB, isto é, do “reboquismo” em

relação à burguesia nacional; da política de conciliação de classes; da passividade e do imobilismo; do eleitoralismo e do “cretinismo parlamentar”; do reformismo da linha política; do “pacifismo” ou da absolutização do caminho pacífico e da não pregação da resistência militar para o enfrentamento armado ao golpe. Na verdade, entendiam que na conjuntura que precedeu o golpe havia se criado uma situação pré-revolucionária, mas “o pacifismo e o reformismo” do PCB haviam desarmado e imobilizado a ação de massas - o PCB teria sido, assim, o grande culpado ou pelo menos teria grandes responsabilidades não só por não ter resistido ao golpe de Estado, mas também por não ter desencadeado a revolução.

No lado oposto, ficaria a maioria dos dirigentes e grande parte da militância, que constataria que, na realidade, o PCB cometera “desvios de esquerda”. Os equívocos cometidos e que levaram à derrota se deveriam: à má apreciação da correlação de forças e à subestimação da capacidade de reação da burguesia; à precipitação do confronto; ao desprezo pela legalidade democrática; à pressa pequeno-burguesa, que via a vitória como fácil ou imediata; ao golpismo, ao baluartismo e ao subjetivismo, etc - fenômenos que, no conjunto, levaram ao abandono da linha política e contribuíram para a derrocada de abril.

Projetos dicotômicos

As divergências iriam se acirrar e atingir seu ponto de maior tensão na

Tribuna de Debates, ao serem discutidas as *Teses do VI Congresso do PCB* - publicadas no periódico de circulação clandestina, *Voz Operária* - nos últimos meses de 1966 e início de 1967. Dela derivariam duas posições e projetos políticos distintos:

a) os que constataavam que os “erros” haviam sido de esquerda, ou seja, a maioria do Comitê Central do PCB, os quais venceram o VI Congresso e aprovam uma proposta de luta contra a ditadura, baseada numa política de frente democrática, que visava unir num amplo arco de alianças todos os que se opunham ao regime ditatorial e que tinham interesses na (re)conquista das liberdades democráticas. Sua plataforma centrava-se na luta por eleições diretas em todos os níveis; pela anistia aos cassados, condenados e presos políticos; pela convocação de uma Assembleia Constituinte; pela liberdade de expressão e organização; pela mudança do modelo econômico; etc. A frente democrática deveria ter, como instrumento aglutinador, o partido de oposição legal - o Movimento Democrático Brasileiro, MDB. O movimento sindical mantém sua antiga prática de unidade, agindo dentro da estrutura oficial, apesar de todas as suas limitações;

b) já os que pensavam a política pecebista como tendo sido de direita abandonam ou são excluídos das fileiras do PCB e irão organizar diversos partidos, movimentos ou gru-

* Historiador, Diretor do Instituto Astrojildo Pereira

As duas análises e compreensões em confronto, sobre o processo político anterior a 1964, dariam os fundamentos da política da esquerda na luta contra a ditadura: frente democrática ou luta armada. Seriam, também, a matriz básica na reordenação do movimento sindical e da reorganização da esquerda brasileira, em finais dos anos 70 e início da década de 80.

pos: Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), além de outros. Não obstante terem projetos políticos e práticas diversas, tinham, em comum, a convicção de que a ditadura só seria derrotada pela violência: "focos guerrilheiros", "guerra popular", "guerra de libertação nacional" ou outras formas de ação insurrecional. Absolutizando a luta armada, desprezavam totalmente as eleições (pregando o voto nulo) e a participação nas instituições, como o parlamento. Não só se opõem, em sua maioria, mas negam-se a participar da estrutura sindical oficial (considerada atrelada, autoritária, burocrática, manipuladora e instrumento da ditadura), optando pelo paralelismo e pelas chamadas "oposições sindicais" - quando participam, iriam atuar nos que reconheciam como "sindicatos combativos".⁽¹⁾

Esta última concepção ou posição - além de, fortemente, influenciada pelas formulações do PC Cubano, do PC Chinês e por movimentos de libertação nacional, etc- seria beneficiada e teria suas teses sistematizadas ou mesmo justificadas pelas análises teóricas e históricas, elaboradas por parte expressiva da intelectualidade, sobretudo nos meios uni-

versitários. Delas, a que mais diretamente incidiu na luta político-ideológica foi a que ficou conhecida como "teoria do populismo". Segundo seus autores, o regime ou Estado populista (1930-1964), tendo como base a colaboração de classes, buscava sua legitimidade nas massas urbanas, como ponto de apoio para o seu projeto. Para isso era obrigado a se abrir à participação popular. Mas, ao mesmo tempo em que abria espaços à participação das massas e satisfazia algumas de suas aspirações, procurava controlá-las e manipulá-las, impedindo, assim, sua organização e intervenção autônoma e independente. As esquerdas e o PCB, em particular, com seu projeto nacional-reformista, ao se aliarem ao populismo contaminaram-se pela "política de massas" (abandonando ou secundarizando o projeto classista), contribuindo, sobremaneira, para obscurecer a consciência social dos trabalhadores e para neutralizar seu potencial revolucionário.⁽²⁾ A teoria do populismo tornar-se-ia moeda corrente nos anos 70 e influenciaria grande parte das análises (acadêmicas e políticas) e projetos das mais variadas forças de esquerda no Brasil.

Outra análise, crítica, da política e da prática do PCB e que teria repercussão - embora com bem menor incidência do que a teoria do populismo - na luta político-ideológica da esquerda, nestes anos, seria feita por Caio Prado Jr.⁽³⁾, que contesta tanto as interpretações pecebistas, sobre a realidade histórica brasileira, como dogmatismo de seu projeto e suas concepções políticas e teóricas: a compreensão do Brasil, a partir de um modelo pré-determinado (do VI Congresso da Internacional Comunista de 1928), e do projeto dele derivado.

As duas análises e compreensões, em confronto, sobre o processo político anterior a 1964, dariam os fundamentos da política da esquerda na luta contra a ditadura: frente democrática ou luta armada. Seriam, também, a matriz básica na reordenação do movimento sindical e

da reorganização da esquerda brasileira, em finais dos anos 70 e início da década de 80.

Passado e presente

O revés do PCB, em abril de 1964, não foi episódico, como também não foi, simplesmente, mais uma batalha perdida ao longo de sua extensa trajetória de lutas. Significou, isto sim, a derrota definitiva de seu projeto nacional-democrático ou de revolução democrático-burguesa, que o acompanhava e perseguia desde seu nascimento. A ditadura militar, ao completar e realizar, de forma plena e radical, o processo (autoritário e excludente) da revolução burguesa no Brasil, matou o projeto pecebista e este deixou de ter sentido de ser e de existir.

Se não bastasse isso, sofreria ainda uma série de cisões que o enfraquecerá organicamente e terá que enfrentar e suportar uma luta em dois *fronts*: à direita, a perseguição e repressão do regime e à esquerda, uma ríspida luta político-ideológica.

Incapacitado - por diversos motivos - de operar transformações radicais em seu projeto revolucionário e em sua cultura política, terá imensas dificuldades em se movimentar no espaço sócio-político. O que lhe dará, ainda, sobrevida será sua bem sucedida "tática de frente democrática" para enfrentar o regime ditatorial, encampada por amplos setores políticos, inclusive dominantes - divorciada, no entanto e em grande medida, de seu projeto político geral ou revolucionário.

Acosado nos embates político-ideológicos, viverá sob constante suspeição de ser um partido autoritá-

1 Cf. Celso Frederico. *A esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. São Paulo, Novos Rumos, 1987, vol. 1, pp. 58 e segs.

2 Francisco C. Weffort. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; Octávio Ianni. *O colapso do populismo no Brasil*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975; além de outros.

3 Caio Prado Jr. *A revolução brasileira*, 5ª ed., São Paulo, 1977.

Mas, por ironia da história, no momento em que o PCB dava seus últimos suspiros ("deixava a vida para entrar na história") e seus herdeiros tomavam consciência da necessidade de "recomeçar", aqueles que se constituíram combatendo-o e que derrotaram-no na luta político-ideológica iriam reencarnar muitos dos aspectos de seu projeto e de sua cultura política.

rio-burocrático, de partido apêndice e subalterno ao PCUS, de revisionismo, reformismo, pacifismo, etc. Aliás, o referencial dessas críticas será o projeto e a ação do PCB antes de 1964. Exemplar para se entender as dificuldades do PCB, na batalha político-ideológica, seria a difusão da tese - vulgarizada, inclusive, pela *mídia* - de que o verdadeiro e autêntico movimento operário teria nascido no ABC paulista a partir das greves de 1978/79/80, com o "novo sindicalismo" e com a organização do Partido dos Trabalhadores - sustentava, esta tese, de que a história pretérita, onde o PCB teria sido, inclusive, hegemônico, teria sido marcada pelo controle e subordinação do movimento operário ao Estado, pela subjugação e manipulação dos trabalhadores, por políticas estranhas aos seus interesses, etc. Isto criaria sérias dificuldades para a viabilidade da política pecebista, tanto ao nível do movimento sindical como em geral.

Derrotado na luta político-ideológica, incapacitado de operar mudanças radicais em seu projeto revolucionário e em sua cultura política, acumulando insucessos políticos, sem viabilidade institucional (baixíssimo percentual eleitoral), a progressiva perda de vínculos com o movimento operário e sindical, as difíceis relações com o mundo da cultura, o contínuo enfraquecimento orgânico, com a sangria de quadros e militantes, o permanente dissenso e cizânia internos, os insolúveis problemas e vicissitudes diretivas, etc: enfrentando todos esses problemas o PCB, na década de 80, irá viver uma crise aguda.

Sua crise terminal viria com o colapso do "socialismo real", cujos reflexos atingiram-no de forma direta, fulminante e fatal. Filho legítimo da Revolução de Outubro e da Internacional Comunista, a identidade do PCB com a via autoritário-burocrática do socialismo na URSS e no Leste Europeu era antiga e congênita, tomando-se mesmo, em alguns momentos (décadas de 30 a 50), uma variante nacional do stalinismo. Carregando esta herança e mantendo, ainda, uma ligação umbilical com o "socialismo real", no momento em que este desmoronou ou foi derrotado, o PCB recebeu seu golpe de misericórdia.

Mas, por ironia da história, no momento em que o PCB dava seus últimos suspiros ("deixava a vida para entrar na história") e seus herdeiros tomavam consciência da necessidade de "recomeçar", aqueles que se constituíram combatendo-o e que derrotaram-no na luta político-ideológica iriam reencarnar muitos dos aspectos de seu projeto e de sua cultura política. Absorvem noções, categorias, definições, análises, práticas, concepções, propostas, antigas

palavras de ordem, principalmente aquelas desenvolvidas pelos comunistas, nos anos que precederam o golpe de 1964. Recuperam o projeto de um "capitalismo de Estado, nacional e progressista" e definem sua estratégia como "antiimperialista, antilatifundiária e antimonopolista" e sua tática como um "programa de reformas políticas e sociais" (reformas estruturais - agrária, urbana, tributária, etc). Ou seja: a estratégia "centrada no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo pode levar a cabo a profunda revolução, que este país necessita, se quiser superar o modelo excludente que o caracteriza desde a origem"; a tática objetiva a implantação de um novo modelo de desenvolvimento "centrado na ampliação do mercado interno brasileiro, na democratização da renda, da terra, da informação, na reorganização do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas e do espaço democrático..."⁽⁴⁾

Sem pretender insinuar que os vencedores da luta político-ideológica, no campo da esquerda, agora se fazem simulacro daquele que foi derrotado, resta-nos inferir que "a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos."⁽⁵⁾ De forma, que "somos atormentados pelos vivos e, também, pelos mortos."⁽⁶⁾

4 Resoluções do 1º Congresso do PT. São Bernardo do Campo, dezembro de 1991. Gabinete do Deputado Florestan Fernandes (mimeo), pp. 10 a 15.

5 Karl Marx. *O 18 de Brumário e cartas a Kugelmann*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 17.

6 Karl Marx. *O capital*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, livro 1, vol. 1, p. 5.